Entidade do Tesouro e Finanças

UTAP
Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos



Boletim Informativo PPP

2.º Trimestre 2026

Índice

Índice **2**
Contexto e notas metodológicas **3**
Universo de Parcerias **4**
1 Síntese dos encargos líquidos **5**
2 Factos relevantes ocorridos no 2.º trimestre de 2026 ..... **6**
3 Encargos líquidos com PPP por setor **7**
3.1 Setor Rodoviário 7
3.2 Setor da Saúde 12
3.3 Setor Ferroviário 13
3.4 Setor Aeroportuário 14
3.5 Setor Portuário 14
3.6 Outros 15
4 Lista de abreviaturas e siglas **16**

Contexto e notas metodológicas

Nos termos do n.º 1 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio ("DL 111/2012"), a UTAP apresenta o Boletim Informativo do 2.º trimestre de 2026, que prossegue o objetivo de divulgar os encargos e as receitas do setor público, bem como outra informação considerada relevante no âmbito das parcerias público-privadas ("PPP" ou "Parcerias") acompanhadas por esta Unidade.

A informação apresentada no presente Boletim é recolhida junto das entidades públicas responsáveis pela gestão de cada um dos contratos.

Para efeitos da análise deste documento, importa ter em consideração o seguinte:

- O universo de PPP objeto de acompanhamento pela UTAP é necessariamente dinâmico, em função do termo ou da celebração de contratos, assim como da avaliação e confirmação dos requisitos de aplicação do DL 111/2012, pelo que a comparação entre períodos poderá estar influenciada pela inclusão e/ou exclusão de contratos no âmbito de análise.

- Os fluxos financeiros (encargos e receitas) são apresentados numa ótica de "*cash flow*" e, quando aplicável, incluem IVA.

- Os encargos brutos correspondem aos pagamentos efetuados pelo parceiro público no âmbito da execução dos contratos, designadamente, remunerações e compensações contratuais, mas também os relativos a pedidos de reequilíbrio e outros processos.

- As receitas do setor público apresentam natureza diversa em função do setor em causa e do quadro remuneratório específico, podendo decorrer da cobrança a utilizadores finais (como é o caso das taxas de portagem, nos casos em que o parceiro público detém a titularidade das mesmas), mecanismos de partilha de receitas (como ocorre em diversos setores) ou de outras circunstâncias previstas no contrato.

- Por sua vez, os encargos líquidos para o setor público resultam da diferença entre os encargos brutos e as receitas do parceiro público.

- Nos setores aeroportuário e portuário e no caso do contrato do Oceanário, os fluxos são apresentados na ótica da receita, e não dos encargos líquidos. Quando estes valores são agregados com os de outros setores, a apresentação segue a ótica de encargos líquidos, pelo que as referidas receitas são apresentadas com valor negativo.

- Para além dos fluxos efetivos do período em análise, apresentam-se, para efeitos de comparação e controlo, os respetivos desvios face ao período homólogo e ao orçamento. Os dados orçamentais têm por base os montantes inscritos no Orçamento do Estado (com respetiva repartição trimestral reportada pelos parceiros públicos), com exceção do setor portuário, tendo em conta que estas entidades não integram o setor das Administrações Públicas. Neste caso, a informação é prestada pelas Administrações Portuárias.

- Os valores apresentados foram arredondados, podendo existir pequenas discrepâncias nas somas. As variações que têm por base valores negativos são calculadas mediante a utilização do denominador em valor absoluto. Para as variações em que um dos valores é zero, não são apuradas taxas de crescimento.

Universo de Parcerias

Contratos acompanhados pela UTAP (#)



Rodoviário | 21



Saúde | 10



Ferroviário | 4



Portuário | 4



Aeroportuário | 2



Outros | 1

42 contratos PPP

No período em análise não existiram alterações no universo de Parcerias acompanhadas pela UTAP. Refira-se que são incluídos contratos já terminados que continuam a ser objeto de acompanhamento, por subsistirem matérias pendentes relacionadas com a respetiva execução.

1 Síntese dos encargos líquidos

Encargos líquidos com PPP desagregados por setor (janeiro – junho)

Valores em milhares de euros	2026		2025			Orçamento 2026			
Encargos líquidos	Acumulado	Peso no Total	Acumulado	Δ valor	Δ %	Acumulado	Δ valor	Δ %	2026P
Rodoviário	489 178	82%	491 980	(2 802)	(1%)	569 794	(80 616)	(14%)	949 595
Saúde	89 121	15%	97 846	(8 725)	(9%)	172 052	(82 931)	(48%)	325 098
Ferroviário	42 604	7%	31 437	11 168	36%	95 207	(52 602)	(55%)	231 234
Aeroportuário	(7 142)	(1%)	(6 561)	(581)	(9%)	(6 889)	(253)	(4%)	(13 779)
Portuário	(18 211)	(3%)	(17 376)	(835)	(5%)	(19 740)	1 529	8%	(37 353)
Outros	(1 483)	(0%)	(1 473)	(9)	(1%)	(1 511)	28	2%	(3 022)
TOTAL	**594 067**	**100%**	**595 852**	**(1 785)**	**(0%)**	**808 912**	**(214 845)**	**(27%)**	**1 451 773**

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas entidades gestoras dos contratos e de dados inscritos no Relatório do OE2026.

Os valores dos setores Aeroportuário e Portuário e do Oceanário são apresentados na ótica de encargos líquidos, assumindo valor negativo quando existem receitas. As variações seguem a mesma ótica: um aumento das receitas corresponde a uma redução dos encargos líquidos, e vice-versa.

Os valores apresentados para o setor portuário, referentes ao ano 2025, refletem uma atualização dos dados face aos valores apresentados nos boletins trimestrais de 2025.

À luz da informação reunida, o montante de encargos líquidos com PPP suportado pelos parceiros públicos, durante o período em análise, ascendeu a 594,1 milhões de euros.

Este valor encontra-se em linha com o registado no período homólogo (-1,8M€) e 27% abaixo do valor orçamentado (-214,8M€).

Sem prejuízo das explicações mais pormenorizadas que constam das restantes secções deste documento, destaca-se o seguinte:

- Relativamente ao peso individual de cada setor, destacam-se o rodoviário e o da saúde, que representam, respetivamente, cerca de 82% e 15% do total dos encargos líquidos com PPP;
- No que diz respeito à variação face ao período homólogo, destacam-se as variações registadas nos setores ferroviário (+11,2M€) e da saúde (-8,7M€);
- Em termos de execução do orçamento, destacam-se os desvios registados nos setores da saúde, rodoviário e ferroviário (-82,9M€, -80,6M€ e -52,6M€, respetivamente), os quais justificam uma parcela significativa do desvio orçamental global.

2 Factos relevantes ocorridos no 2.º trimestre de 2026

2.1 Constituição de uma comissão de negociação referente ao Contrato de Concessão da Exploração do Serviço de Transporte Ferroviário Suburbano de Passageiros no Eixo Ferroviário Norte-Sul

Através do Despacho n.º 7064/2026, de 26 de maio, da Diretora da UTAP[1] , foi constituída uma comissão de negociação para acompanhamento do processo de renegociação do Contrato de Concessão da Exploração do Serviço de Transporte Ferroviário Suburbano de Passageiros no Eixo Ferroviário Norte-Sul, para efeitos de reforço de material circulante.

2.2 Dispensa de uma comissão de negociação referente ao Contrato de Concessão do Terminal de Contentores de Leixões e conclusão da respetiva negociação

Por Despacho n.º 99/2026, de 2 de junho, do Secretário de Estado das Infraestruturas, e por Despacho n.º 546/2026, de 25 de junho, do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, foi dispensada, ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio, a constituição de comissão de negociação no processo de renegociação do Contrato de Concessão do Terminal de Contentores de Leixões, processo esse que culminou na celebração do 5.º Aditamento ao referido Contrato.

2.3 Resolução de litígios

2.3.1 Hospital de Loures

Por acórdão de 25 de junho de 2026, o Supremo Tribunal Administrativo não admitiu o recurso para uniformização de jurisprudência interposto pela ARSLVT, em representação do Estado Português, no âmbito da ação arbitral relativa à responsabilidade pelos encargos com o tratamento de doentes com VIH/SIDA.

2.3.2 Hospital de Vila Franca de Xira

Por decisão de 29 de junho de 2026, o Tribunal Arbitral julgou improcedente o pedido de aclaração apresentado pelo Estado Português relativamente à decisão de 04 de maio de 2026, que o havia condenado no pagamento de 1.560.341,00 € à EGEst Vila Franca de Xira.

2.3.3 Hospital de Vila Franca de Xira

Por decisão de 08 de junho de 2026, o Tribunal Arbitral julgou procedente o pedido de retificação formulado pelo Estado Português relativamente ao montante da condenação que havia sido fixado na sua decisão de 23 de março de 2026, tendo, em consequência, reduzido esse montante de cerca de 12,0 M€ para 8,4 M€[2].

[1] Publicado no Diário da República, II Série, de 03.06.2026.
[2] O pedido inicial da EGEst ascendia a cerca de 21 M€ (cfr. ponto 2.3.4 do Boletim do 2.º trimestre de 2024).

3 Encargos líquidos com PPP por setor

3.1 Setor Rodoviário

Encargos líquidos com PPP desagregados por contrato (janeiro – junho)

Valores em milhares de euros	2026				2025			Orçamento 2026			
PPP Rodoviárias	Encargos Brutos	Receitas	Encargos Líquidos	Peso do total	Encargos Líquidos	Δ valor	Δ %	Encargos Líquidos	Δ valor	Δ %	2026P
Beiras Litoral e Alta	68 126	88	**68 038**	14%	**82 403**	(14 365)	(17%)	**74 786**	(6 748)	(9%)	137 497
Norte	116 852	53 588	**63 264**	13%	**77 780**	(14 516)	(19%)	**71 445**	(8 180)	(11%)	107 728
Grande Porto	65 739	18 086	**47 653**	10%	**50 029**	(2 376)	(5%)	**50 407**	(2 754)	(5%)	78 310
Algarve	40 114	(110)	**40 224**	8%	**42 752**	(2 529)	(6%)	**58 237**	(18 013)	(31%)	87 938
Norte Litoral	44 409	11 498	**32 911**	7%	**40 956**	(8 045)	(20%)	**34 198**	(1 287)	(4%)	54 660
Interior Norte	16 732	49	**16 683**	3%	**39 670**	(22 987)	(58%)	**26 955**	(10 271)	(38%)	45 995
Grande Lisboa	29 401	13 280	**16 121**	3%	**15 341**	780	5%	**17 614**	(1 493)	(8%)	28 763
Brisa	12 387	5 203	**7 184**	1%	**(2 001)**	9 185	459%	**(4 982)**	12 166	244%	(11 641)
Douro Litoral	6 996	-	**6 996**	1%	**6 397**	599	9%	**6 641**	355	5%	13 323
Beira Interior	5 952	-	**5 952**	1%	**11 259**	(5 307)	(47%)	**18 162**	(12 210)	(67%)	36 465
Travessia do Tejo	2 483	-	**2 483**	1%	**847**	1 635	193%	**84**	2 399	2868%	(7 855)
Oeste	1 552	-	**1 552**	0%	**722**	830	115%	**104**	1 449	1395%	208
Litoral Centro	478	-	**478**	0%	**278**	200	72%	**97**	381	392%	10 506
Costa de Prata	8 722	14 910	**(6 188)**	(1%)	**(3 958)**	(2 230)	56%	**(11 656)**	5 468	47%	(28 566)
Total Concessões	**419 942**	**116 592**	**303 350**	**62%**	**362 477**	**(59 126)**	**(16%)**	**342 091**	**(38 741)**	**(11%)**	**553 331**
Pinhal Interior	94 550	-	**94 550**	19%	**88 349**	6 201	7%	**106 381**	(11 831)	(11%)	192 143
Douro Interior	53 948	-	**53 948**	11%	**57 335**	(3 386)	(6%)	**53 932**	16	0%	89 115
Transmontana	40 396	-	**40 396**	8%	**36 422**	3 974	11%	**40 359**	37	0%	68 379
Baixo Alentejo	26 789	-	**26 789**	5%	**28 083**	(1 294)	(5%)	**26 798**	(9)	(0%)	44 248
Algarve Litoral	9 320	-	**9 320**	2%	**9 320**	-	-	**-**	9 320	n.a.	-
Litoral Oeste	5 619	19 869	**(14 250)**	(3%)	**(32 144)**	17 894	56%	**2 102**	(16 352)	(778%)	3 070
Baixo Tejo	13 312	37 798	**(24 486)**	(5%)	**(57 481)**	32 995	57%	**(1 869)**	(22 616)	1210%	(690)
Total Subconcessões	**243 933**	**57 667**	**186 267**	**38%**	**129 884**	**56 383**	**43%**	**227 703**	**(41 436)**	**(18%)**	**396 265**
Outros	**14**	**453**	**(439)**	**(0%)**	**(381)**	**(59)**	**15%**	**-**	**(439)**	**n.a.**	**-**
TOTAL	**663 889**	**174 711**	**489 178**	**100%**	**491 980**	**(2 802)**	**(1%)**	**569 794**	**(80 616)**	**(14%)**	**949 595**

Encargos líquidos com PPP desagregados por rubrica (janeiro – junho)

Valores em milhares de euros	2026		2025			Orçamento 2026			
PPP Rodoviárias	AC 2026	Peso no total	AC 2025	Δ valor	Δ %	AC 2026P	Δ valor	Δ %	2026P
Encargos brutos	**663 889**	**100%**	**721 336**	**(57 447)**	**(8%)**	**693 081**	**(29 192)**	**(4%)**	**1 212 297**
Pagamentos por Disponibilidade	**549 963**	**83%**	**617 658**	**(67 695)**	**(11%)**	**547 307**	**2 656**	**0%**	**904 159**
Concessões	370 215	56%	430 136	(59 921)	(14%)	376 343	(6 129)	(2%)	618 685
Subconcessões [1]	179 748	27%	187 523	(7 774)	(4%)	170 964	8 784	5%	285 474
Serviço de cobrança de portagem [2]	**17 676**	**3%**	**19 885**	**(2 209)**	**(11%)**	**19 838**	**(2 162)**	**(11%)**	**37 779**
Pagamento por serviço [3]	**63 848**	**10%**	**57 541**	**6 307**	**11%**	**62 514**	**1 334**	**2%**	**102 398**
Compensações/REF's	**13 949**	**2%**	**13 299**	**650**	**5%**	**26 848**	**(12 898)**	**(48%)**	**55 106**
Grandes Reparações	**2 049**	**0%**	**3 533**	**(1 484)**	**(42%)**	**36 574**	**(34 525)**	**(94%)**	**112 856**
Decreto-Lei 87-A/2022 [4]	**16 403**	**2%**	**9 418**	**6 985**	**74%**	**-**	**16 403**	**n.a.**	**-**
Receitas	**174 711**	**100%**	**229 356**	**(54 645)**	**(24%)**	**123 287**	**51 424**	**42%**	**262 702**
Concessões	116 592	67%	113 256	3 335	3%	105 272	11 320	11%	234 839
Subconcessões	57 667	33%	115 709	(58 042)	(50%)	18 015	39 652	220%	27 863
Outros [5]	453	0%	391	62	16%	-	453	n.a.	-
Encargos líquidos totais	**489 178**	**n.a.**	**491 980**	**(2 802)**	**(1%)**	**569 794**	**(80 616)**	**(14%)**	**949 595**

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela IP.

Notas:
(1) O valor referente à decisão arbitral da subconcessão Algarve Litoral está a ser reportado nos pagamentos por disponibilidade.
(2) Refere-se aos pagamentos efetuados, pela IP, ao abrigo dos contratos de prestação de serviço de cobrança de taxas de portagem, no âmbito dos contratos de concessão.
(3) Refere-se à remuneração por serviço prevista nos contratos de subconcessão da IP.
(4) Refere-se aos montantes pagos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 87-A/2022, de 29 de dezembro, que estabelece um regime excecional de atualização das tarifas e taxas de portagem para o ano de 2023, impactando, também, a definição das tarifas e taxas nos anos subsequentes. Não considera pagamentos efetuados à IP quando esta é titular das receitas de portagem.
(5) Inclui receitas diretas da IP (taxas de gestão e quiosques/*easytoll*).

Conforme se observa nas tabelas anteriores, os encargos líquidos do setor público com as PPP rodoviárias ascenderam a 489,2 milhões de euros no período em análise. Este montante corresponde a uma diminuição de 1% relativamente ao período homólogo (-2,8M€) e a um valor 14% inferior ao orçamentado (-80,6M€).

Em linha com o ocorrido em anos transatos, os pagamentos por disponibilidade, no período em análise, mantiveram um peso significativo no total dos encargos brutos com as PPP rodoviárias, ascendendo a 83% desse valor. Esta situação justifica-se, sobretudo, pelo facto de grande parte destes contratos assentar, atualmente, num modelo de remuneração essencialmente baseado na disponibilidade das vias.

Adicionalmente, verifica-se que as concessões Beiras Litoral e Alta, Norte e Grande Porto, bem como as subconcessões Pinhal Interior e Douro Interior são os contratos mais onerosos para o setor público, representando, em conjunto, aproximadamente 67% do total dos encargos líquidos com as PPP do setor.

Encargos Brutos

Relativamente aos **encargos brutos**, a variação face ao período homólogo (-57,4M€) explica-se, sobretudo, pelos seguintes fatores:

- Diminuição dos pagamentos por disponibilidade (-67,7M€), destacando-se a diminuição dos pagamentos efetuados às concessionárias do Interior Norte (-22,7M€), das Beiras Litoral e Alta (-15,6M€) e do Norte (-12,2M€), decorrente da evolução contratualmente prevista das tarifas;

cujos impactos foram parcialmente mitigados por:

- Execução de pagamentos às concessionárias, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 87-A/2022, de 29 de dezembro, referentes ao 3.º e 4.º trimestres de 2025, bem como acertos relativos a períodos transatos, os quais representaram um aumento de 7,0 milhões de euros, face ao período homólogo;
- Aumento dos pagamentos por serviço (+6,3M€), com o principal aumento a ser registado na subconcessão Pinhal Interior (+4,2M€);

Por sua vez, o desvio observado relativamente ao valor orçamentado (-29,2M€) decorre, essencialmente, das seguintes circunstâncias:

- Execução de grandes reparações abaixo do previsto, em 34,5 milhões de euros, justificada pela superior expetativa de execução por parte do IMT - entidade com responsabilidade quanto a esta matéria[3]. Os principais desvios foram registados nas concessões Pinhal Interior (-11,8M€), Interior Norte (-9,0M€) e Algarve (-7,9M€).
- Execução da rubrica de compensações/REFs abaixo do previsto, em 12,9 milhões de euros, principalmente justificada pelo desvio verificado na concessão da Beira Interior (-12,2M€), consequência de pagamentos, ao abrigo do regime extraordinário e transitório de pagamento intercalar da receita previsto no Decreto-Lei n.º 119/2024, de 31 de dezembro, em montante inferior;

cujos efeitos foram parcialmente mitigados por força de:

- Ocorrência de pagamentos às concessionárias, no âmbito do Decreto-Lei n.º 87-A/2022 de 29 de dezembro, no valor total de 16,4 milhões de euros, que não se encontravam orçamentados. Os principais apoios são referentes às concessões Brisa (12,4M€), Travessia do Tejo (1,6M€) e Oeste (1,5M€);

[3] O âmbito da atuação da IP nesta matéria refere-se à orçamentação (também de acordo com instruções do IMT) e pagamento dos valores de grandes reparações, os quais são aprovados pelo IMT.

Encargos brutos com PPP desagregados por contrato (janeiro – junho)

Valores em milhares de euros	2026		2025			Orçamento 2026			
Encargos Brutos	**AC 2026**	**Peso no total**	**AC 2025**	**Δ valor**	**Δ %**	**AC 2026P**	**Δ valor**	**Δ %**	**2026P**
Norte	116 852	18%	129 269	(12 417)	(10%)	122 630	(5 778)	(5%)	206 432
Beiras Litoral e Alta	68 126	10%	85 238	(17 113)	(20%)	74 786	(6 660)	(9%)	137 497
Grande Porto	65 739	10%	67 969	(2 230)	(3%)	68 364	(2 625)	(4%)	119 349
Norte Litoral	44 409	7%	50 276	(5 867)	(12%)	44 492	(83)	(0%)	81 637
Algarve	40 114	6%	37 754	2 360	6%	48 285	(8 171)	(17%)	77 987
Interior Norte	16 732	3%	40 442	(23 711)	(59%)	26 412	(9 681)	(37%)	45 452
Grande Lisboa	29 401	4%	28 030	1 371	5%	30 119	(718)	(2%)	51 235
Brisa	12 387	2%	2 488	9 899	398%	-	12 387	n.a.	-
Costa de Prata	8 722	1%	14 763	(6 040)	(41%)	7 187	1 536	21%	15 934
Travessia do Tejo	2 483	0%	847	1 635	193%	84	2 399	2868%	(7 855)
Oeste	1 552	0%	722	830	115%	104	1 449	1395%	208
Litoral Centro	478	0%	278	200	72%	97	381	392%	10 506
Douro Litoral	6 996	1%	6 397	599	9%	6 641	355	5%	13 323
Beira Interior	5 952	1%	11 259	(5 307)	(47%)	18 162	(12 210)	(67%)	36 465
Total Concessões	**419 942**	**63%**	**475 733**	**(55 791)**	**(12%)**	**447 363**	**(27 421)**	**(6%)**	**788 170**
Pinhal Interior	94 550	14%	89 146	5 403	6%	106 381	(11 831)	(11%)	192 143
Douro Interior	53 948	8%	57 335	(3 386)	(6%)	53 961	(13)	(0%)	89 144
Transmontana	40 396	6%	36 573	3 823	10%	40 424	(28)	(0%)	68 443
Baixo Alentejo	26 789	4%	28 083	(1 294)	(5%)	26 798	(9)	(0%)	44 248
Baixo Tejo	13 312	2%	15 529	(2 217)	(14%)	12 580	732	6%	20 850
Litoral Oeste	5 619	1%	9 607	(3 988)	(42%)	5 574	45	1%	9 299
Algarve Litoral	9 320	1%	9 320	-	-	-	9 320	n.a.	-
Total Subconcessões	**243 933**	**37%**	**245 593**	**(1 659)**	**(1%)**	**245 718**	**(1 785)**	**(1%)**	**424 128**
Outros [1]	**14**	**0%**	**10**	**3**	**35%**	**-**	**14**	**n.a.**	**-**
TOTAL	**663 889**	**100%**	**721 336**	**(57 447)**	**(8%)**	**693 081**	**(29 192)**	**(4%)**	**1 212 297**

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela IP.
Nota: (1) Inclui encargos diretos da IP.

Receitas

Relativamente às **receitas**, a variação face ao período homólogo (-54,6M€) explica-se, sobretudo, pela diminuição dos pagamentos fixos das subconcessionárias do Baixo Tejo (-35,6M€) e do Litoral Oeste (-21,2M€).

Por sua vez, o desvio observado relativamente ao valor orçamentado (+51,4M€) decorre, essencialmente, das seguintes circunstâncias:

- Execução acima do orçamentado dos pagamentos fixos das subconcessionárias do Baixo Tejo e do Litoral Oeste, a qual representou um desvio de 39,8 milhões de euros. Este desvio resulta do pagamento do IVA relativo aos pagamentos fixos do ano anterior, o qual se encontrava por saldar, como assinalado no boletim do 4º trimestre de 2025;
- Execução abaixo do orçamentado do mecanismo contratual de partilha de benefícios das receitas de portagem da concessão Algarve, a qual representou um desvio positivo de 9,8M€.

Receitas com PPP desagregadas por contrato[4] (janeiro – junho)

Valores em milhares de euros	2026		2025			Orçamento 2026			
Receitas	**AC 2026**	**Peso no total**	**AC 2025**	**Δ valor**	**Δ %**	**AC 2026P**	**Δ valor**	**Δ %**	**2026P**
Receitas de Portagem	**128 725**	**74%**	**126 512**	**2 213**	**2%**	**117 137**	**11 588**	**10%**	**255 629**
Norte	53 588	31%	51 489	2 099	4%	51 185	2 403	5%	98 703
Grande Porto	18 086	10%	17 940	146	1%	17 957	129	1%	41 039
Costa de Prata	14 910	9%	18 721	(3 811)	(20%)	18 842	(3 932)	(21%)	44 500
Grande Lisboa	13 280	8%	12 688	592	5%	12 505	775	6%	22 472
Norte Litoral	11 498	7%	9 320	2 178	23%	10 295	1 204	12%	26 977
Brisa	5 203	3%	4 489	714	16%	4 982	221	4%	11 641
Beiras Litoral e Alta	88	0%	2 836	(2 748)	(97%)	-	88	n.a.	-
Interior Norte	49	0%	772	(723)	(94%)	(542)	591	109%	(542)
Algarve	(110)	0%	(4 998)	4 888	98%	(9 952)	9 842	99%	(9 952)
Total Concessões	**116 592**	**67%**	**113 256**	**3 335**	**3%**	**105 272**	**11 320**	**11%**	**234 839**
Baixo Tejo	8 878	5%	8 450	428	5%	8 300	578	7%	14 467
Litoral Oeste	2 803	2%	3 467	(664)	(19%)	3 472	(669)	(19%)	6 230
Pinhal Interior	-	0%	797	(797)	(100%)	-	-	n.a.	-
Transmontana	-	0%	151	(151)	(100%)	64	(64)	(100%)	64
Douro Interior	-	0%	-	-	n.a.	29	(29)	(100%)	29
Total Subconcessões	**11 681**	**7%**	**12 865**	**(1 184)**	**(9%)**	**11 865**	**(184)**	**(2%)**	**20 790**
Outros [(1)]	**453**	**0%**	**391**	**62**	**16%**	**-**	**453**	**n.a.**	**-**
Pagamentos Fixos	**45 986**	**26%**	**102 844**	**(56 858)**	**(55%)**	**6 150**	**39 836**	**648%**	**7 073**
Baixo Tejo	28 920	17%	64 560	(35 640)	(55%)	6 150	22 770	370%	7 073
Litoral Oeste	17 066	10%	38 284	(21 218)	(55%)	-	17 066	n.a.	-
TOTAL	**174 711**	**100%**	**229 356**	**(54 645)**	**(24%)**	**123 287**	**51 424**	**42%**	**262 702**

[4] Valores negativos representam um saldo deficitário entre as receitas de portagem registadas e os pagamentos efetuados no âmbito do mecanismo de partilha de benefícios do serviço de cobrança de taxas de portagem.

3.2 Setor da Saúde

Encargos líquidos com PPP desagregados por rubrica (janeiro – junho)

Valores em milhares de euros	2026		2025			Orçamento 2026			
PPP Saúde	AC 2026	Peso no total	AC 2025	Δ valor	Δ %	AC 2026P	Δ valor	Δ %	2026P
EGEst	**66 636**	**75%**	**73 687**	**(7 051)**	(10%)	**83 188**	**(16 552)**	**(20%)**	**151 961**
Pagamentos Contratuais [(1)]	66 433	75%	64 865	1 568	2%	81 875	(15 442)	(19%)	149 336
Protocolos/outros	202	0%	8 822	(8 620)	(98%)	1 313	(1 110)	(85%)	2 625
EGEd	**22 485**	**25%**	**24 159**	**(1 673)**	(7%)	**88 864**	**(66 378)**	**(75%)**	**173 136**
Pagamentos Contratuais [(1)]	22 962	26%	24 159	(1 197)	(5%)	24 613	(1 651)	(7%)	44 635
Outros	(477)	(1%)	-	(477)	n.a.	64 250	(64 727)	(101%)	128 501
Encargos Totais	**89 121**	**100%**	**97 846**	**(8 725)**	(9%)	**172 052**	**(82 931)**	**(48%)**	**325 098**

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas entidades gestoras dos contratos.
Notas: (1) Inclui todos os pagamentos contratualmente previstos realizados no período.

Encargos líquidos com PPP desagregados por contrato (janeiro – junho)

Valores em milhares de euros	2026		2025			Orçamento 2026			
PPP Saúde	AC 2026	Peso no total	AC 2025	Δ valor	Δ %	AC 2026P	Δ valor	Δ %	2026P
Hospital de Cascais	**73 435**	**82%**	**80 470**	**(7 035)**	**(9%)**	**96 685**	**(23 250)**	**(24%)**	**177 452**
EGEst 2022	66 634	75%	65 700	934	1%	83 188	(16 554)	(20%)	151 961
EGEst 2008	-	-	7 924	(7 924)	(100%)	-	-	n.a.	-
EGEd	6 801	8%	6 845	(45)	(1%)	13 497	(6 696)	(50%)	25 491
Hospital de Braga	**4 559**	**5%**	**4 460**	**99**	**2%**	**4 606**	**(47)**	**(1%)**	**8 412**
EGEst	-	-	-	-	n.a.	-	-	n.a.	-
EGEd	4 559	5%	4 460	99	2%	4 606	(47)	(1%)	8 412
Hospital de Loures	**7 241**	**8%**	**9 115**	**(1 874)**	**(21%)**	**9 298**	**(2 057)**	**(22%)**	**16 984**
EGEst	2	0%	63	(61)	(98%)	-	2	n.a.	-
EGEd	7 239	8%	9 052	(1 813)	(20%)	9 298	(2 059)	(22%)	16 984
Hospital de Vila Franca de Xira	**3 887**	**4%**	**3 802**	**85**	**2%**	**3 917**	**(31)**	**(1%)**	**7 156**
EGEst	-	-	-	-	n.a.	-	-	n.a.	-
EGEd	3 887	4%	3 802	85	2%	3 917	(31)	(1%)	7 156
Hospital de Lisboa Oriental	**-**	**-**	**-**	**-**	**n.a.**	**57 546**	**(57 546)**	**(100%)**	**115 093**
EGEd	-	-	-	-	n.a.	57 546	(57 546)	(100%)	115 093
TOTAL	**89 121**	**100%**	**97 846**	**(8 725)**	**(9%)**	**172 052**	**(82 931)**	**(48%)**	**325 098**
EGEst	**66 636**	**75%**	**73 687**	**(7 051)**	**(10%)**	**83 188**	**(16 552)**	**(20%)**	**151 961**
EGEd	**22 485**	**25%**	**24 159**	**(1 673)**	**(7%)**	**88 864**	**(66 378)**	**(75%)**	**173 136**

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas entidades gestoras dos contratos.

Conforme se observa nas tabelas anteriores, os encargos líquidos do setor público com as parcerias do setor da saúde ascenderam a 89,1 milhões de euros no período em análise. Este montante corresponde a uma diminuição de 9% relativamente ao período homólogo (-8,7M€) e encontra-se 48% abaixo do orçamentado (-82,9M€).

A variação face ao período homólogo explica-se, sobretudo, pelos seguintes fatores:

- Ocorrência, no período homólogo, de um pagamento à EGEst Cascais 2008, no valor de 10,2 milhões de euros, no seguimento da decisão final proferida no 3º trimestre de 2024, que julgou parcialmente procedente o pedido de REF peticionado pela Entidade Gestora, em virtude da pandemia COVID-19;
- Redução dos pagamentos contratuais a favor da EGEd Loures em 1,3 milhões de euros, acrescida da partilha, a favor do parceiro público, dos benefícios decorrentes de uma operação de refinanciamento, no montante de 0,5 milhões de euros;

cujos efeitos foram parcialmente mitigados por força de:

- Ocorrência, no período homólogo, de um recebimento relativo ao contrato da EGEst Cascais 2008, no valor total de 2,3 milhões de euros, o qual representou um acerto de contas referente ao protocolo para a prestação de cuidados em ambulatório a doentes com VIH/SIDA durante o período compreendido entre 2019 e 2022.
- Aumento dos pagamentos contratuais efetuados a favor da EGEst Cascais 2022 em 1,6 milhões de euros;

Por sua vez, o desvio observado relativamente ao valor orçamentado decorre, essencialmente, *(i)* no Hospital de Lisboa Oriental, da não realização dos pagamentos relativos ao aditamento ao contrato de gestão referente a trabalhos complementares (16,3M€), bem como dos pagamentos inicialmente previstos ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência (41,3M€); e *(ii)* da não ocorrência de quaisquer pagamentos de reconciliação a favor da EGEst Cascais 2022 e da EGEd Loures, os quais estavam orçamentados em 14,4M€ e 1,6M€, respetivamente.

3.3 Setor Ferroviário

Encargos líquidos com PPP desagregados por contrato (janeiro – junho)

Valores em milhares de euros	2026		2025			Orçamento 2026			
PPP Ferroviárias	**AC 2026**	**Peso no total**	**AC 2025**	**Δ valor**	**Δ %**	**AC 2026P**	**Δ valor**	**Δ %**	**2026P**
Subconcessão Metro do Porto	38 553	90%	27 734	10 818	39%	50 922	(12 369)	(24%)	100 483
Concessão do MST	4 052	10%	3 702	349	9%	3 858	194	5%	7 809
Concessão Eixo Norte/Sul	-	-	-	-	n.a.	-	-	n.a.	-
Concessão PPP1 - LAV	-	-	-	-	n.a.	40 427	(40 427)	(100%)	122 942
TOTAL	**42 604**	**100%**	**31 437**	**11 168**	**36%**	**95 207**	**(52 602)**	**(55%)**	**231 234**

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas entidades gestoras dos contratos.

Conforme se observa na tabela anterior, os encargos líquidos do setor público com as parcerias do setor ferroviário ascenderam a 42,6 milhões de euros no período em análise. Este montante corresponde a um aumento de 36% relativamente ao período homólogo e a um valor 55% abaixo do orçamentado.

A variação face ao período homólogo explica-se, sobretudo, pelo aumento dos encargos registados na subconcessão Metro do Porto, em 10,8 milhões de euros, o qual é justificado pela atualização da fórmula de remuneração da subconcessionária, resultante da negociação da prorrogação do respetivo contrato de subconcessão.

Por sua vez, o desvio observado relativamente ao valor orçamentado decorre, essencialmente, *(i)* da não ocorrência de quaisquer pagamentos referentes à concessão PPP1 – LAV, os quais estavam orçamentados em 40,4 milhões de euros, bem como *(ii)* do desvio registado na subconcessão da Metro do Porto, o qual totalizou 12,4 milhões de euros, devido a uma execução inferior à orçamentada dos pagamentos relativos à componente fixa da fórmula de remuneração da subconcessionária.

3.4 Setor Aeroportuário

Receitas com PPP (janeiro – junho)

Valores em milhares de euros	2026		2025			Orçamento 2026			
PPP Aeroportuário	AC 2026	Peso no total	AC 2025	Δ valor	Δ %	AC 2026P	Δ valor	Δ %	2026P
ANA	7 142	100%	6 561	581	9%	6 889	253	4%	13 779
TOTAL	**7 142**	**100%**	**6 561**	**581**	**9%**	**6 889**	**253**	**4%**	**13 779**

A receita do setor aeroportuário[5], a qual resulta do mecanismo contratual de partilha de receitas entre a ANA (concessionária de ambos os contratos) e o parceiro público, totalizou, no período em análise, 7,1 milhões de euros.

O acréscimo de 0,6 milhões de euros face ao período homólogo deve-se ao aumento do número de passageiros transportados e de aeronaves movimentadas, o qual resultou num incremento da receita das concessões aeroportuárias e, consequentemente, na partilha de um valor superior com o parceiro público.

O desvio das receitas face ao valor orçamentado é, de igual forma, justificado pelo desempenho das concessões acima do previsto.

3.5 Setor Portuário

Receitas com PPP desagregadas por contrato (janeiro – junho)

Valores em milhares de euros	2026		2025			Orçamento 2026			
PPP Portuárias	AC 2026	Peso no total	AC 2025	Δ valor	Δ %	AC 2026P	Δ valor	Δ %	2026P
Porto de Douro e Leixões	**14 348**	**79%**	**13 477**	**872**	**6%**	**13 545**	**803**	**6%**	**24 965**
Terminal de Contentores de Leixões	12 627	69%	11 838	789	7%	11 678	949	8%	21 823
Terminal de Carga a Granel de Leixões	1 721	9%	1 639	82	5%	1 867	-146	(8%)	3 141
Porto de Lisboa	**2 265**	**12%**	**2 204**	**61**	**3%**	**2 137**	**128**	**6%**	**4 275**
Terminal de Contentores de Alcântara	2 265	12%	2 204	61	3%	2 137	128	6%	4 275
Porto de Sines	**1 598**	**9%**	**1 695**	**(97)**	**(6%)**	**4 057**	**(2 459)**	**(61%)**	**8 114**
Terminal de Contentores de Sines XXI	1 598	9%	1 695	(97)	(6%)	4 057	-2 459	(61%)	8 114
TOTAL	**18 211**	**100%**	**17 376**	**835**	**5%**	**19 740**	**(1 529)**	**(8%)**	**37 353**

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias, inclusive a previsão 2026P.

Os valores apresentados para o setor portuário, referentes ao ano 2025, refletem uma atualização dos dados face aos valores apresentados nos boletins trimestrais de 2025.

O valor acumulado das receitas auferidas, no período em análise, pelas Administrações Portuárias, relativamente aos terminais portuários operados por concessionários em regime de PPP, ascendeu a 18,2 milhões de euros, valor 5% acima do registado no período homólogo (+0,8M€) e 8% abaixo do orçamentado (-1,5M€).

[5] O conjunto de parcerias acompanhadas pela UTAP no setor aeroportuário contempla dois contratos de concessão de serviço público aeroportuário, a saber *(i)* o contrato de concessão de Portugal continental e da Região Autónoma dos Açores e *(ii)* o contrato de concessão da Região Autónoma da Madeira. Em ambos os casos, a ANA – Aeroportos de Portugal, S.A. assume o papel de parceiro privado.

3.6 Outros

Receitas com PPP (janeiro – junho)

Valores em milhares de euros	2026		2025			Orçamento 2026			
Outros	**AC 2026**	**Peso no total**	**AC 2025**	**Δ valor**	**Δ %**	**AC 2026P**	**Δ valor**	**Δ %**	**2026P**
Oceanário	1 483	100%	1 473	9	*1%*	1 511	(28)	(2%)	3 022
TOTAL	**1 483**	**100%**	**1 473**	**9**	**1%**	**1 511**	**(28)**	**(2%)**	**3 022**

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela ETF.

O valor dos pagamentos realizados pelo Oceanário ao parceiro público ascendeu, no período em análise, a 1,5 milhões de euros, o qual corresponde a uma execução 2% abaixo do orçamentado.

Em comparação com o período homólogo, registou-se um aumento de 1% do valor da receita entregue ao parceiro público, justificado pela atualização da componente fixa dessa remuneração, de acordo com o estabelecido contratualmente.

4 Lista de abreviaturas e siglas

2026P	Previsão para 2026 inscrita no Relatório do OE2026
AC 2025	Acumulado 2025 (no ano de 2025)
AC 2026	Acumulado 2026 (no ano de 2026)
AC 2026 P	Acumulado Previsão 2026
ANA	ANA - Aeroportos de Portugal, S.A.
ARSLVT	Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo
ARSNorte	Administração Regional de Saúde do Norte
Cfr.	Conforme
EGEd	Entidade Gestora do Edifício
EGEst	Entidade Gestora do Estabelecimento
EGEst Braga	Escala Braga – Entidade Gestora do Estabelecimento, S.A. ou EG Estabelecimento do Hospital de Braga
EGEst Cascais 2008	Lusíadas Saúde – Parcerias Cascais, S.A. ou EG Estabelecimento do Hospital de Cascais
EGEst Cascais 2022	Galo Saúde - Parcerias Cascais, S.A.
EGEst Vila Franca de Xira	Escala Vila Franca – Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A. ou EG Estabelecimento do Hospital de Vila Franca de Xira
EGEst Loures	SGHL – Sociedade Gestora do Hospital de Loures, S.A. ou EG Estabelecimento do Hospital de Loures
ETF	Entidade do Tesouro e Finanças
HCA	Hospital Central do Algarve
HLO	Hospital de Lisboa Oriental
IP	Infraestruturas de Portugal, S.A.
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
LAV	Nova linha ferroviária de alta velocidade de passageiros entre as cidades do Porto e de Lisboa
Metro do Porto	Sistema de metro ligeiro da área metropolitana do Porto
MST	Metropolitano ligeiro da margem sul do Tejo
OE2026	Orçamento do Estado para 2026
PPP	Parceria Público-Privada
REF	Reposição do equilíbrio financeiro
SCUT	Sem Custos para os Utilizadores
UTAP	Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos